

O REFORÇO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

SCHOOL REINFORCEMENT IN THE MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL – A REPORT ON THE EXPERIENCE

Francisco de Assis da Costa Silva*

RESUMO:

O projeto de extensão teve o objetivo de implantar um sistema de reforço escolar para alunos do 2º e 3º ano da Escola Pública Antônio Guedes que apresentavam rendimento insatisfatório ou dificuldades de aprendizagem. As atividades desenvolvidas consistiram em esclarecer dúvidas, preparar exercícios de verificação, dar aulas de reforço e orientar na execução de atividades passadas pelo professor. Foram usados: jogos educativos e dominós, livros didáticos, ditado de palavras, cartilha da tabuada e softwares livres educacionais. Os participantes comentaram que gostaram das atividades de reforço, perfazendo um percentual de satisfação de 100%. As principais justificativas apresentadas: a participação nas atividades trazia um melhor aprendizado; aprendiam, sobretudo, a ler e escrever; e que gostavam da “Tia”, no caso, as universitárias extensionistas. Segundo as professoras, a experiência demonstrou que houve uma melhora no rendimento em português e matemática, bem como na participação em sala de aula e realização das tarefas.

Palavras-chave: Reforço Escolar; Dificuldades de Aprendizagem; Educação.

ABSTRACT:

The extension project had the objective of implementing a reinforcement system in the primary school for the 2nd and 3rd year students from the Public School Antônio Guedes who presented poor performance or learning difficulties. The activities developed consisted of clarifying doubts, preparing verification exercises, giving reinforcement classes and guiding the execution of activities assigned by the teacher. The means used were: educational games and dominoes, textbooks, dictation of words, arithmetic tables and educational free software. The participating students commented that they enjoyed the activities of reinforcement, and the percentage of satisfaction was 100%. The main justifications they gave were: taking part in the activities resulted in better learning; they learned, above all, to read and write; and that they liked "Auntie", as they spontaneously called the female university students who carried out the activities with them. According to the teachers, the experience showed that there was an improvement in Portuguese and mathematics performance, as well as higher participation in the classroom and better task accomplishment.

Keywords: School Improvement; Learning Difficulties; Education.

* Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Patos, PB – Brasil. Email: assis@cstr.ufcg.edu.br

Introdução

Ao longo das últimas décadas, é notória a atenção que a educação básica vem recebendo por parte do Ministério da Educação. É gradativo o investimento em políticas públicas voltadas para esse nível, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação brasileira. As escolas públicas têm disponíveis, cada vez mais, recursos pedagógicos, material didático e tecnológico à disposição de professores e alunos.

Essa preocupação é justificada porque a

[...] alfabetização é o primeiro passo fundamental para a formação de cidadãos críticos, que possam não apenas ter acesso às informações que circulam em quantidade crescente no mundo atual dominado pela tecnologia, bem como transformá-las em conhecimento. (MONTEIRO; SBOROWSKI, 2006, p. 153).

Dentro desta perspectiva, Kramer (1995, p. 12), ainda no século passado, já argumentava que “assegurar alfabetização, leitura e escrita precisa ser parte de um projeto de sociedade que visa democracia e justiça social”.

A implantação das políticas públicas voltadas para a educação básica visa, entre outras ações, melhorar a formação do alunado dos anos iniciais do ensino fundamental e do professorado; matricular todas as crianças com idade escolar, bem como criar mecanismos para a permanência desse alunado na escola, priorizando uma educação integral. As escolas públicas têm

[...] passado por várias alterações a partir da implantação de diferentes políticas públicas, dentre as quais podemos destacar: a ampliação do tempo para a alfabetização, garantida pela organização das séries iniciais em ciclo; a entrada das crianças aos seis anos no ensino fundamental; a formação do quadro docente em nível superior e, em grande número, em pós-graduação; a garantia de tempo, dentro da jornada de trabalho, destinado ao planejamento e atendimento aos alunos. Essas medidas têm sido apontadas, tanto por pesquisadores, quanto pelos próprios docentes, como condições básicas para elevação da qualidade do ensino (ZIBETTI; PANSINI; SOUZA, 2012, p. 243).

Por outro lado, embora as políticas públicas tenham trazido uma nova esperança na tentativa de melhorar o nosso sistema educacional, os resultados obtidos com as mudanças introduzidas ainda não são os esperados. Na literatura, encontramos vários registros de estudos que relatam experiências com alunos que não têm domínio das competências e habilidades mínimas para cursar determinado ano escolar, pois, por exemplo, sequer têm conhecimento sobre as quatro operações básicas da matemática e não sabem ler ou mesmo escrever. Os resultados obtidos por nossos alunos em avaliações internas e externas corroboram essa situação.

De acordo com a última Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada em 2016, que avaliou competências de leitura, escrita e matemática de mais de 2 milhões de crianças do 3º ano do ensino fundamental de 48 mil escolas da rede pública, os resultados registraram que 54,73% dos alunos apresentaram um nível insuficiente em leitura, 34% proficiência também insuficiente na escrita e 54,46 em matemática (INEP, 2017). Evidentemente, estes resultados apontam para uma preocupante situação da educação brasileira.

Outra importante avaliação é a do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment - PISA), que avalia as competências de estudantes na faixa de 15 anos de idade, quando, supostamente, o aluno tem acabado o ensino fundamental na maioria dos países, nas áreas de leitura, matemática e ciências. Este programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A avaliação é realizada a cada três anos e, atualmente, aplicada em 70 países ao redor do mundo (INEP, 2013a). Nas avaliações deste Programa, os resultados obtidos pelos alunos brasileiros tampouco são animadores. Estes ainda estão abaixo da média obtida pelos de outros países participantes, conforme se pode ver nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Comparativo dos resultados do Brasil no PISA desde 2000.

ÁREA AVALIADA	PISA 2000	PISA 2003	PISA 2006	PISA 2009	PISA 2012	PISA 2015
Leitura	396	403	393	412	410	407
Matemática	334	356	370	386	391	377
Ciências	375	375	390	405	405	401
Número de alunos brasileiros participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589	23.141

Fonte: INEP, 2013b; INEP, 2016.

Ao analisar o Quadro 1, com relação à avaliação anterior do PISA 2012, constata-se que no último exame, PISA 2015, o Brasil obteve uma piora em todas as áreas avaliadas: 14 pontos na avaliação de matemática, 3 na de leitura e 4 no resultado de ciências. As médias do Brasil e dos países participantes do PISA podem ser comparadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Comparativo dos resultados do Brasil com relação aos outros países no PISA 2015.

ÁREAS AVALIADAS	PISA 2015		
	MÉDIA DO BRASIL	MÉDIA DOS PAÍSES	CLASSIFICAÇÃO DO BRASIL (Ranking com 70 países)
Leitura	407	493	59º
Matemática	377	490	66º
Ciências	401	493	63º

Fonte: INEP, 2016.

Embora também tenha havido uma queda de pontuação na média dos países participantes do PISA na última avaliação de 2015 nas três áreas avaliadas com relação a de 2012, vale ressaltar que estes foram os piores resultados obtidos pelos estudantes brasileiros praticamente na última década, conforme se pode analisar no Quadro 1, apresentado anteriormente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 32, alterado pela Lei nº 11.274/2006, o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante, entre outros, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (BRASIL, 2006). Isso, na prática, não acontece, já que se percebe que, conforme apresentado e discutido anteriormente, existe um grande número de crianças e jovens matriculados no ensino regular com um déficit

de domínio das competências básicas exigidas para um determinado ano escolar.

Ainda segundo a LDB, em seu art. 12, os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de, entre outras, prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento (BRASIL, 1996). Ratificando esse artigo, a referida Lei, em seu art. 24, inciso V, alínea e, já determinava a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos” (BRASIL, 1996). Aos poucos, as escolas começam a sistematizar essa situação, criando ações voltadas para a minimização do fracasso escolar, já que, cada vez mais, os seus alunos são submetidos a avaliações, principalmente externas, e os resultados obtidos podem ter implicações diversas.

Uma das alternativas utilizadas pelas escolas para tentar minimizar os baixos rendimentos ou dificuldades de aprendizagem do alunado é o reforço escolar. Esse método também é usado por famílias preocupadas com seus filhos que apresentam esses problemas. Esse tipo de atividade pode ocorrer na escola, geralmente em contraturno, com professores que ministram aulas particulares ou revisam conteúdos e atendem a um aluno ou um grupo; ou através de cursos específicos, que trabalham uma única matéria. O objetivo é fortalecer a aprendizagem dos temas abordados em sala de aula, seja consolidando-os, ampliando-os ou suprimindo determinadas carências de forma que essas ações sirvam de base para a superação das dificuldades encontradas no ambiente escolar.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o reforço escolar visa amenizar dificuldades de aprendizagem relacionadas, sobretudo, com matemática, leitura e escrita. Além de base para a aprendizagem de outras disciplinas, os resultados de algumas avaliações tanto internas como externas, conforme comentadas anteriormente, comprovam que, de fato, existe uma maior deficiência nessas áreas e, portanto, são merecedoras de uma atenção especial. Por isso, a necessidade de apoiar o alunado com o objetivo de superar os problemas de defasagem nessas matérias.

Longe de parecer a salvação para os problemas relacionados à aprendizagem, é imprescindível que o reforço escolar seja inserido no contexto escolar através de um bem elaborado e planejado projeto político pedagógico, pois alguns estudos (ESQUINCALHA, 2013; MONTEIRO; SBOROWSKI, 2006; ZIBETTI; PANSINI; SOUZA, 2012) apontam também fracassos com a experiência de implantação dessa atividade nas escolas.

A ideia é usufruir desse método para criar um plano de ações que tenham como objetivo nortear significativamente o processo de recuperação das competências básicas do alunado necessárias para dar seguimento à sua vida escolar. O importante não é recuperar somente uma nota ou meramente alfabetizar o aluno. O processo consiste em oferecer possibilidades de o alunado ampliar ou suprir determinados conhecimentos no intuito de oferecer um ensino de qualidade para que os alunos possam atender às demandas de uma sociedade globalizada e

extremamente competitiva. É o educar para o pleno exercício da cidadania.

O reforço escolar é uma estratégia importante para suprir as deficiências do alunado. É interessante que, além da escola, representada pela direção e professores, a família e, sobretudo, o corpo discente entendam a necessidade e a importância dessa atividade. O envolvimento e a participação de todos é determinante para alcançar os objetivos traçados. Por outro lado, alguns autores (CÂNDIDO, 2010; HEIDRICH, 2009; PERIUS, 2017; SOARES; SOUZA; MARINHO, 2004; TIBA, 2006) destacam a problemática da falta de acompanhamento do alunado pelas famílias em suas atividades escolares. A importância do papel da família em todo esse processo é ratificada por

[...] um estudo realizado pelo Convênio Andrés Bello - acordo internacional que reúne 12 países das Américas - chamado A Eficácia Escolar Ibero-Americana, de 2006, [que] estimou que o "efeito família" é responsável por 70% do sucesso escolar. "O envolvimento dos adultos com a Educação dá às crianças um suporte emocional e afetivo que se reflete no desempenho", afirma Maria Amália de Almeida, do Observatório Sociológico Família-Escola, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (HEIDRICH, 2009, p. 2).

A Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, já preconizava em seu art. 129, inciso V, que são medidas aplicáveis aos pais ou responsável, entre outras, a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (BRASIL, 1990). Se por um lado, muitas famílias parecem desconhecer essa obrigação, por outro, tampouco parece existir preocupação ou controle do Estado nesse sentido.

É fato que a sociedade em geral também deve colaborar com a escola na tentativa de reverter esse quadro, que muito contribui para a desigualdade social em que vivemos. Nesse sentido, “podemos refletir que a resposta educacional para evitar o fracasso escolar dos alunos em situação de risco deve ser reforçada com iniciativas que contribuam para superar a desvantagem social em que vivem” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 144).

Neste sentido, surgiu a ideia de implementar o projeto de extensão intitulado “O reforço escolar na escola pública municipal de Patos” na Escola Municipal do Ensino Fundamental Antônio Guedes dos Santos. Trata-se de uma escola pública municipal urbana localizada num bairro periférico e carente da cidade. O alunado atendido caracteriza-se, geralmente, por pertencer a famílias de baixa renda e com pouco grau de escolaridade dos pais. Muitas dessas famílias são contempladas nos programas sociais do governo, de modo que aproximadamente 80% recebem o Bolsa Família.

Nos últimos sete anos (2011–2017), tem sido desenvolvido nesta escola um projeto de extensão universitária com o objetivo de capacitar os alunos do 4º e 5º ano para trabalhar com o computador e o software livre. Ao longo destes anos, foi diagnosticado que ainda é notória a deficiência de alguns destes alunos no que se refere à aprendizagem, especialmente das competências básicas de leitura, escrita e

matemática. Eles não têm os conhecimentos e habilidades adequados aos seus respectivos anos de estudo, pois ainda apresentam dificuldades de compreender as quatro operações fundamentais da matemática, de leitura, de interpretar texto, bem como de escrever palavras do cotidiano e até mesmo o próprio nome, o que tem implicação direta no rendimento desses alunos nas demais disciplinas, e, conseqüentemente, no desempenho escolar insuficiente para o ano que estudam.

Diante do exposto, decidiu-se implantar o projeto de reforço escolar para atender o alunado do 2º e 3º ano, numa tentativa de atacar a problemática já nos anos iniciais, uma vez que essa clientela estará ainda na referida escola por mais tempo.

Metodologia

O projeto foi dividido em três fases. Inicialmente, foram apresentados aos professores e à direção da escola os objetivos do projeto e a importância do trabalho conjunto de todos para alcançar as metas previstas, bem como a explicação da metodologia e a forma de acompanhamento do referido projeto. A referida direção foi a responsável pela divulgação junto à comunidade escolar e às famílias dos alunos.

Num segundo momento, o projeto foi apresentado aos alunos, oportunidade em que foi explicado como seriam realizadas as atividades e a relação entre essas e o desempenho escolar deles. Após a execução das duas primeiras fases, os respectivos pais ou responsáveis foram reunidos na sede da escola com o objetivo de lhes apresentar a proposta do projeto e estimular o interesse dos mesmos em apoiar a participação dos seus filhos nas atividades, sobretudo aqueles que apresentassem maiores problemas de rendimento escolar.

Os professores indicaram os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula, assim como os assuntos que deveriam receber uma maior atenção, ou seja, aqueles que precisariam ser reforçados. Neste momento, os universitários extensionistas voluntários tiveram os primeiros contatos com os professores e a Direção da Escola.

A fase seguinte consistiu em apresentar e discutir com os extensionistas as estratégias e metodologias a serem utilizadas no projeto. Os universitários tiveram acesso ao material disponível a ser utilizado, especialmente o didático, e assim conheceram os assuntos a serem trabalhados.

Semanalmente, os extensionistas eram orientados na execução das atividades de reforço escolar e tinham um encontro com o orientador para discutir e avaliar as atividades realizadas, bem como planejar as novas.

Os extensionistas trabalharam, geralmente, em duplas e exerceram as atividades de reforço na escola, numa sala disponibilizada pela Direção e Laboratório de Informática, em um período de 4 horas semanais, em contraturno ao dos alunos participantes do projeto, de forma que em cada turno houve, no mínimo, uma

dupla de apoio auxiliando o alunado, ou seja, pelas manhãs foram atendidos os alunos da tarde e vice-versa.

O atendimento ao alunado foi feito individualmente, de acordo com a dificuldade de aprendizagem de cada um deles, ou em pequenos grupos, trabalhando temas de interesse do grupo, dependendo da demanda no dia do atendimento.

Os conteúdos indicados pelos professores foram repassados e aplicados pelos extensionistas de acordo com a necessidade e/ou interesse do alunado. Para isso, foram desenvolvidas atividades que auxiliavam e reforçavam os conteúdos que necessitavam ser repassados ou melhorados pelos alunos interessados no reforço escolar. Algumas das atividades consistiram em esclarecer dúvidas, preparar exercícios de verificação, dar aulas de reforço e orientar em outras atividades necessárias, tais como na execução de um trabalho passado pelo professor.

Para o desenvolvimento das atividades de reforço foram usados os seguintes recursos: jogos educativos, dominós e caça-palavras; livros didáticos e de leitura; ditado de palavras; cartilha da tabuada; e softwares livres educacionais do Linux Educacional, tais como o Gcompris, Tuxmath e LibreOffice (Writer).

Resultados e discussão

Com relação à participação dos alunos, o resultado ficou abaixo do esperado. Inicialmente, o projeto atingiu um público alvo de aproximadamente 70%. Com o passar do tempo, esse percentual foi diminuindo gradativamente, chegando apenas a cerca de 10% ao término do projeto. Investigando essa situação, descobrimos que, primeiramente, foi pensado por parte de algumas famílias dos alunos que a participação no referido projeto fosse um requisito obrigatório para o recebimento da bolsa família. Uma vez esclarecida essa situação, os pais não mais tiveram a preocupação ou exigiram que os alunos continuassem a frequentar o projeto.

Já segundo o alunado, algumas das principais razões para não participarem do referido projeto foram o fato de não se ter ninguém que pudesse trazê-los para a escola e o choque de horário com algumas atividades oferecidas por uma ONG que atua no bairro, tais como: judô, banho de piscina, jogo de futebol, entre outras.

Apesar das dificuldades, os resultados obtidos foram plenamente satisfatórios. Foi significativa a melhora de alguns dos participantes em relação ao seu rendimento em língua portuguesa e matemática. Em conversas com as professoras, ficou claro que se tem uma maior participação dos mesmos em sala de aula, bem como na realização das tarefas escolares, o que tem implicação direta no rendimento escolar. De maneira geral, os participantes do projeto se sentiam mais motivados. Também comentaram que as “atividades desenvolvidas contribuem e visam à permanência do aluno por um período maior na escola, logo, a criança não passa tanto tempo nas ruas,

evitando seu contato com influências negativas”. Outra professora destacou que “ao final do projeto, ficou comprovado o quanto o reforço escolar tem importância na vida de todos na escola e ele é algo que deve ser incentivado para que todos venham a ter oportunidades iguais de aprendizagem, podendo se tornar cidadãos ativos, críticos e participativos no âmbito de nossa sociedade”.

Perguntado aos participantes sobre se gostaram das atividades de reforço, 100% responderam que sim. As principais justificativas apresentadas foram: que a participação nessas atividades trazia um melhor aprendizado; que aprendiam, sobretudo, a ler, escrever e fazer “continhas”; e que gostavam da “Tia”, no caso, as extensionistas.

As principais dificuldades na execução do projeto estiveram relacionadas ao fato de que os participantes ou suas famílias não se sentiam motivados ou entendiam que o projeto era importante e necessário para a melhora na formação do alunado. Na verdade, é difícil convencer uma criança que não sabe ler e escrever, inclusive seu próprio nome, da importância desse processo, uma vez que já está cansada ou saturada do ambiente escolar diário, onde fica presa numa sala de aula durante todo um turno, quando tem um mundo fora dos muros da escola, muito mais atrativo e enriquecedor para sua sobrevivência diária. Por outro lado, é evidente que um trabalho de conscientização junto às famílias dos alunos deve ser feito, e de maneira rápida, na tentativa de consolidar a importância da educação para a formação dos seus filhos. Deste modo, podem almejar um futuro melhor para todos.

Além disso, a grande rotatividade de professores na escola é um problema visível. Ao solicitar às professoras um relatório sobre o impacto das atividades de reforço nas turmas, uma das professoras comentou que não se sentiu à vontade para fazê-lo, pois estava enfrentando alguns problemas. Na verdade, com o afastamento da prefeita municipal na época, criou-se uma instabilidade em todas as escolas em relação aos professores contratados, o que também ocorre, geralmente, ao final do ano letivo.

Ainda sobre a experiência com o projeto, outra professora citou, em seu relatório: “é comum encontrarmos um grande número de alunos com enormes dificuldades de aprendizagem nas escolas públicas. Esses alunos necessitam de estímulos e motivação, além do que recebem do professor em sala para que venham ter êxitos nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. É com esse propósito que o reforço escolar [o projeto] veio a somar, consolidando e ampliando os conhecimentos enriquecendo as experiências culturais e sociais para assim ajudá-los a vencer os obstáculos em sua aprendizagem”.

O fracasso escolar do alunado da escola pública é resultante de uma série de fatores que interferem no cotidiano escolar, a começar pelos pedagógicos, com influência dos sociais e econômicos, esbarrando até mesmo nos cognitivos. Um importante ponto observado foi a percepção da ausência dos pais no acompanhamento dos filhos em todo o processo educacional. Isso provoca, de alguma forma, um certo desestímulo no alunado. Infelizmente, é perceptível

essa realidade ao longo de todos esses anos em que estamos desenvolvendo os projetos de extensão na referida escola.

A experiência demonstrou que a temática precisa ser melhor trabalhada na fase inicial da educação básica, pois as dificuldades de aprendizagem, sobretudo em língua portuguesa e matemática, têm consequências negativas nas etapas seguintes de formação do alunado. Essa situação reforça o que observamos no decorrer desses anos durante a execução do projeto de Informática na Escola Antônio Guedes, que vários alunos não apresentam os conhecimentos e as habilidades adequados aos seus respectivos anos de estudo.

Observou-se uma boa receptividade e apoio da comunidade escolar ao projeto de extensão. Tivemos uma significativa participação nas atividades planejadas, o que aponta para uma sensibilização desta comunidade para com as questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem do alunado nos anos iniciais, que têm consequências negativas no futuro educacional das nossas crianças.

Considerações finais

O presente projeto contribuiu para levar à comunidade escolar discussões relacionadas ao baixo rendimento escolar dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, que é um problema nacional, apesar de terem havido alguns avanços nas últimas décadas nas políticas educacionais implantadas no país. É evidente essa constatação em nosso alunado do ensino fundamental.

É preocupante o descaso com a aprendizagem do alunado nos anos iniciais do ensino fundamental, que é ponto determinante para o seu pleno desempenho e desenvolvimento nos anos escolares seguintes e na sua vida futura. A educação básica é a essência da educação futura. Garantir um ensino que propicie um aprendizado efetivo a todos os discentes é um dos grandes desafios das escolas, especialmente no sistema público de ensino.

É patente que os governos, em todas as suas esferas, devem elevar a prioridade dada à educação no conjunto das políticas públicas. É uma luta contra o tempo para melhorar o sistema educacional do país. Apesar das conquistas, verifica-se que ainda há muito por fazer no sentido da operacionalização de projetos que ajudem a melhorar esse quadro.

Uma vez que detectamos o problema de baixo rendimento dos alunos do ensino fundamental na referida Escola, entendemos que, pela nossa formação e profissão, também é nossa responsabilidade colaborar para tentar reverter esse quadro de defasagem de aprendizagem por parte do alunado. Afinal de contas, contribuir para o desenvolvimento da área educacional é um dever e obrigação de todos, já que isso tem um reflexo direto na nossa sociedade.

Evidentemente, somente o reforço escolar não será suficiente para reverter o atual quadro. Outras ações emergenciais devem ser utilizadas pelos governos em todas as esferas, bem como o

desenvolvimento de ações mais efetivas coordenadas pelo Ministério de Educação, visando sanar ou, pelo menos, minimizar o problema de baixo rendimento do alunado. É uma luta no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país. De todas as formas, é inegável que o reforço escolar é uma importante estratégia para melhorar a relação ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras, principalmente as públicas.

A problemática relacionada ao baixo rendimento do alunado requer uma maior preocupação e deve receber uma atenção especial, além de ser prioritária num contexto de desenvolvimento de políticas públicas educacionais. Os entraves do fracasso escolar têm sérias implicações e as escolas devem buscar meios de garantir, pelo menos, as mínimas condições de aprendizagem aos alunos.

Por outro lado, infelizmente, também é notória a indiferença de algumas famílias para com a formação dos seus filhos, seja porque os pais são analfabetos ou semianalfabetos e não têm como ajudar nas atividades, ou mesmo por puro descaso. Isso reforça o que se encontra na literatura sobre o assunto.

O projeto também teve um caráter social, uma vez que presta um serviço social ao auxiliar e favorecer o alunado que necessita de um atendimento especial de apoio pedagógico. Desta forma, contribui para o desenvolvimento dos conhecimentos básicos desses atores da escola, que, certamente, influenciará positivamente em suas trajetórias escolares. Várias mães chegaram a comentar que já tinham tentado buscar esse tipo de atividade na comunidade, mas, ou não encontraram, ou era muito cara para a sua realidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art32>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 fev. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

CÂNDIDO, F. F. Práticas pedagógicas e inovação na instituição de ensino: uma abordagem psicopedagógica com foco na aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 27,83 ed., p. 262-272, maio/ago. 2010.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

ESQUINCALHA, A. da C. Letramento matemático de alunos com baixo desempenho por meio de reforço escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. **Anais ... Curitiba: SBEM**, 2013, p. 01-07.

HEIDRICH, G. A escola da família. **Gestão Escolar**, 3. ed., ago./set. 2009. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/comunidade/escola-familia-493363.shtml>>. Acesso em: 20 maio 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o PISA**. Brasília. 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. **Resultados PISA 2000 - 2012**. Brasília. 2013b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resu ltados/2015/resultados_pisa_2000_2012.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resu ltados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. **Sistema de Avaliação da Educação Básica Avaliação Nacional da Alfabetização**. Edição 2016. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=75181-resultados-ana-2016-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 maio 2018.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: Formação de professores em curso**. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias de Botafogo e Escola de Professores, 1995.

MONTEIRO, D. C.; SBOROWSKI, L. R. Dificuldades no processo de alfabetização: uma questão metodológica. **Revista Uniara**, Araraquara, v. 19, p. 153-162, 2006.

PERIUS, J. K. Dificuldade de ensino e aprendizagem: um estudo na sala de reforço. **REP's - Revista Eventos Pedagógicos**, v. 8, n. 2,22.ed., p. 847-862, ago./dez. 2017.

SOARES, M. R. Z.; SOUZA, S. R.; MARINHO, M. L. Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo em crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 253-260, set./dez. 2004.

TIBA, I. **Ensinar aprendendo**. 18. ed. São Paulo: Integrare, 2006.

ZIBETTI, M. L. T.; PANSINI, F.; SOUZA, F. L. F. de. Reforço escolar: espaço de superação ou de manutenção das dificuldades escolares? **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 237-246, jul./dez. 2012.